

Serviços de amanhã serão normais

Ordem dos Médicos constitui fundos para apoio aos jovens internos

A Ordem dos Médicos decidiu ontem substituir a suspensão de um dia de trabalho, anteriormente proposta para amanhã, pela entrega do valor monetário auferido pelos médicos dos serviços do Ministério da Saúde, durante essas 24 horas. Trata-se de uma tomada de posição face às declarações da ministra ontem proferidas através da Televisão, que mereceram também o «mais veemente protesto» da Ordem.

A Ordem «reconsiderou a forma de demonstrar a solidariedade de toda a classe aos internos gerais e chegou à conclusão de que a suspensão de um dia de trabalho iria objectivamente contra os interesses da classe médica, vítima da agressão do Governo».

Em comunicado, a Ordem esclarece que sexta-feira — data anteriormente marcada para a suspensão — devem os médicos manter o seu regime habitual de serviço, enviando o produto desse dia de trabalho para um fundo a constituir, tendo em vista apoiar os internos gerais.

Esse apoio, refere ainda a Ordem dos Médicos, destina-se «nomeadamente ao esclarecimento da opinião pública dos graves inconvenientes que decorrem dos designios expressos pela ministra da Saúde», ao alterar o estatuto que regula as car-

reiras médicas que retira aos internos gerais o vínculo provisorio à Função Pública.

A Ordem recomenda que «em cada serviço dependente do Ministério da Saúde, se organizem listas nominativas em que os médicos exprimem o seu desejo de participar no movimento de solidariedade».

Os internos «são licenciados e membros de pleno direito desta Ordem e, como tal, devem ser remunerados e gozar de todos os direitos e regalias inerentes a quem presta serviço ao Estado» — sublinha o documento.

«Aliás, a extensão do raciocínio da senhora ministra da Saúde — segundo o qual o internato geral é apenas um período de aprendizagem e não de trabalho efectivo — acabaria por conferir o mesmo estatuto, menor, aos médicos do inter-

nato das especialidades que, noutra nível, se encontram também em fase de aprendizagem — conclui a Ordem dos Médicos.

A posição do Governo

«Os internos gerais não podem servir os problemas de falta de médicos dos serviços, incluindo as urgências» — afirmou ontem na RTP a ministra da Saúde.

Leonor Beza que, através da Televisão, apresentou uma comunicação ao País, adiantou já ter dado instruções aos serviços dependentes do seu Ministério no sentido dos internos gerais não serem utilizados nas urgências.

O ministro da Saúde sublinhou que aqueles médicos «só devem estar onde possam aprender a ser avaliados, pois o internato geral é um período de formação profissional e não um trabalho».

Defendendo que as alterações agora introduzidas no estatuto das carreiras médicas pretendem garantir aos utentes dos serviços de saúde um melhor atendimento, Leonor Beza

reafirmou que os internos gerais não são trabalhadores ao serviço do Estado, contrariamente ao que entendem os jovens licenciados.

O ministro da Saúde afirmou também que o Estado assegurava todos os médicos do internato geral uma remuneração que é equivalente à letra G da Função Pública (44 400 escudos mais a actualização a efectuar), e esclareceu que segundo o novo estatuto eles «não terão as regalias da Função Pública».

«Mais nenhum licenciado tem este tratamento por parte do Estado» — sublinhou o ministro da Saúde.

Referindo-se aos médicos que em Fevereiro terminam o internato geral, Leonor Beza reafirmou que o Estado não poderá assegurar emprego a todos, sublinhando que «serão abertas tantas vagas quantas as necessárias».

«O Serviço Nacional de Saúde dará tantos empregos quantos forem legítimos» acrescentou, recordando que «em 1985 o Estado gastou 18 milhões de contos a pagar a médicos privados».

Dia

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Mercado de Trabalho